



TRABALHADORES E CONFIGURAÇÕES URBANAS: territórios, comunidades étnicas e os mundos do trabalho no Rio de Janeiro, 1870 – 1920.

Lucimar Felisberto dos Santos ¹

O tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de “cirurgias” entre os anos 1870 e as primeiras décadas do século XX. Todas com o sentido de modernizar/civilizar a capital imperial e, depois, republicana. Aqueles foram anos em que o conceito de “civilização” teve significativas variações no seu significado de modo a abranger diversas dimensões – sociais, econômicas, culturais e estéticas. Ainda que submetido à idéia de progresso material, foi ele alargado para indicar certas posturas que tinham a ver com a polidez dos costumes e com o refinamento dos gestos. As intervenções pretendidas pelo poder público na urbe indicavam essas preocupações².

Dotar a cidade de uma função pedagógica capaz de civilizar aqueles que lá circulavam, naquela época, estava no horizonte das expectativas do Estado e de setores da elite fluminense, responsáveis por obras de melhoramento urbano. Sobretudo por acompanharem uma série de transformações urbanísticas que vinham ocorrendo, ao longo do século XX, na Europa e mesmo em cidades da América Latina, como por exemplo, Montevideu e Buenos Aires. Em geral, os centros urbanos eram transformados para atenderem demandas de novas sociedades industriais emergentes, pós Segunda Revolução Industrial. De modo que, para se conceber uma cidade funcional, planejava-se científica e racionalmente os seus espaços urbanos³.

Não se pode perder de vista que, no caso da cidade do Rio de Janeiro, a perspectiva teórica de modernização/civilização concorria com questões mais concretas ligadas às alterações nas estruturas sociais vistas como necessárias tanto a um processo de

¹Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestra em História pela Universidade Federal Fluminense; Doutoranda em História na Universidade Federal da Bahia; Pós-Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: lucimarfelisbertodossantos@gmail.com.

² Medidas como o impedimento da venda de vísceras de reses nas ruas; abolição do ordenhamento de vacas na via pública; extinção de cães que vagavam pelas vias públicas; proibição de venda de bilhetes de loteria; recolhimento de pedintes e mendigos; prescrição de escarradeiras e substituição do Entrudo pela batalha das flores foram conteúdos de diversos decretos municipais.

³ Cf.: FONSECA, Juliana de Souza. Capitalidade e civilização na Reforma urbana de Pereira Passos (1903-1906). Rio de Janeiro; Dissertação apresentada ao Programa de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.



desescravização quanto ao republicanismo⁴. O significado disso era que o planejado para o traçado urbano da capital fluminense, para além de operações capazes de mudar aspectos estéticos e arquiteturais, envolveria atividades culturais e políticas. Os primeiros preocupados em favorecer aos interesses econômicos da cidade, sobretudo por permitir uma maior confluência funcional entre os seus diversos pontos com a zona portuária, já as segundas interfeririam nos usos que vinham sendo feitos do espaço urbano, dissonantes daqueles doravante pretendidos pelo Estado e pelas elites econômicas.

Os que circulavam na cidade do Rio de Janeiro à época em que foram formulados planos de melhoramento com a citada racionalidade eram sobretudo trabalhadores e trabalhadoras que com ela estabeleciam relações de trabalho: escravizados, libertos e livres; nacionais e estrangeiros. Ou seja, uma população multiforme e socialmente heterogênea. Era percebida como indisciplinada e dividida por conflito e interesses internos. Residia principalmente em hospedagem de baixo custo, mais próximas aos postos de trabalho. Valia-se do fato de a dinâmica econômica da cidade vim sendo impulsionada pelo crescimento da cadeia comercial de exportação de café. Da vida do centro urbano se desenvolver em torno do comércio, tanto interior quanto exterior, o que colaborava para a expansão das ofertas de oportunidades de trabalhos ocasionais e informais. Além disso, os projetos de melhoramentos urbanos contribuíam também para a ampliação do setor de construção civil. Os dois setores eram os com maiores condições de empregabilidade⁵.

Esses trabalhadores urbanos estavam atentos à lógica racional das políticas públicas que traziam uma concepção funcionalista da capital. Percebiam nela a exclusão de importantes aspectos e setores sociais. A horizontalização de suas solidariedades foi uma das respostas dadas. Fazendo emergir instituições com funções oferecer proteção social aos trabalhadores⁶. Pelo menos é o que sugere o crescimento das práticas associativas,

⁴Segundo Sidney Chalhoub, a população escrava decresceu numa média de 2681 escravos por anos no período de 1849 e 1872. O decréscimo foi ainda mais acentuado nas duas últimas décadas de vigência da escravidão, no que concorreram as lentas e graduais leis emancipacionistas e ações individuais e coletivas dos cativos. Em 1872, 48.939 indivíduos eram escravizados na cidade do Rio de Janeiro; em 1884, eram 32.103 e; em 1887, 7.488. Ver, CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 1999.

⁵Ainda no período imperial (1874-1875), na vigência da escravidão, portanto, foi criada a Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Entre os seus objetivos operacionais: novos alinhamentos das vias públicas, reedificação de prédios, dessecamento dos terrenos e aterro de pântanos. A intenção era integrar localidades da cidade. Tanto para desobstruir os acessos à zona portuária quanto para ligar a região central aos arrabaldes. Tornando, assim, possível o deslocamento da população que vivia nas áreas mais centrais.

⁶ A prática assistencialista pode ser entendida como uma das primeiras forma de organização dos trabalhadores, constituindo-se um dos elementos de continuidade no movimento de luta operária. Pode-se dizer que as organizações associativas que operavam no século XIX eram, no mais das vezes, mutualistas, tinham por

fundamentalmente por parte dos diversos setores ocupacionais, na segunda metade do século XIX no Brasil, em geral, e no Rio de Janeiro, em particular.⁷

Para se ter uma idéia disso, basta reparar os dados dos processos de sociedades que passaram pela Seção Império do Conselho de Estado, conforme fez o historiador Claudio Batalha. Ele identificou 46 diferentes tipos de sociedades criadas por trabalhadores no Rio de Janeiro no período entre 1835 e 1899. Quanto à tipologia, verificou que, naquele tempo e lugar, 43% delas eram voltadas para uma categoria de trabalho específica ou para um ramo de atividade. Enquanto 37% recrutavam seus membros em diversas categorias, e 20% limitavam sua área de recrutamento ao campo de uma empresa específica. Entretanto, assumindo a tarefa de tirar a poeira existente sobre toda “massa documental gerada pelas disposições que tratavam das associações”, encontrada atualmente no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, pertencente ao Fundo Conselho de Estado, na mesma seção pesquisada por Batalha, Ronaldo Pereira de Jesus chegou a números mais robustos⁸.

Após análise dos registros de 485 grupos de documentos relativos a processos para a avaliação do Conselho de Estado, referentes a associações de vários tipos – arquivados em 85 diferentes caixas –, o pesquisador anotou 310 registros de associações criadas somente na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1860 e 1889. Excluídos os casos de repetição de registros, 177 associações puderam ser classificadas como beneficentes – mutuais ou de socorro mútuo – representando mais de 50% dos processos. Proporcionalmente, de acordo com a análise e os dados numéricos fornecidos por Jesus para os anos 1860, 1870 e 1880, anotei os seguintes tipos específicos de associações sendo criadas: gerais, 31,5%; de ofícios (categorias profissionais), 22%; de classe (vários ofícios), 1%; de libertos, 3%, de imigrantes, 27%; de empresários ou comerciantes, 7%; regionais, 4%; e filantrópicas, 4,5%.

objetivo prestar socorro aos seus membros em momentos de necessidades. Enquanto que, no século XX, preponderam as sociedades de resistência, nestas prevaleciam funções sindicais, como por exemplo, luta por melhores salários, diminuição da jornada de trabalho e condições mais dignas de trabalho. A mudança na forma de organização operária foi, entretanto, lenta e complexa. Cf. BATALHA, Claudio H. M. *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro no século XX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. In: Caderno AEL, V. 6, n. 10/11, 1999, p. 43-68.

⁷ Essas extrapolavam os interesses mutuais das associações religiosas. Ver, CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e Liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da & GOMES, Flavio dos Santos, org., *Quase Cidadãos: histórias e antropologias da pós emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007, pp.219.

⁸ Ver, respectivamente, Claudio H. M. Batalha, “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da Classe Operária”. *Caderno AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999, p.57; e Ronaldo Pereira de Jesus, “Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)”, *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13 n° 1, Jan. – jun. 2007.

Interesses de classe, sociais e étnicos eram redefinidos a partir do associativismo. Alguns de mais fácil enunciação. Por exemplo, por terem legalmente limitadas as suas atuações, não aparecem entre os registros associações formadas por escravizados. Não obstante questões relacionadas ao tipo de “socorro” necessário aos trabalhadores urbanos dessa condição social – a liberdade – constituírem parte dos objetivos de estatutos de associações criadas por libertos pós 1870⁹. Entretanto, para dialogar com a questão da territorialidade com a perspectiva escrava e étnica, por envolver os usos feitos pelos trabalhadores escravizados e/ou africanos da cidade do Rio de Janeiro, importa considerar o disposto em estatutos elaborados por africanos entre os anos 1860 e 1870. A historiografia já tratou dos objetivos gerais dessas associações de trabalhadores “de cor”, aqui pretendo apenas cotejar o disposto em artigos de seus estatutos que contribui para o diálogo reflexivo proposto com este texto¹⁰.

O primeiro o elaborado pelos pretensos membros instaladores da chamada *Sociedade Beneficente da Nação Conga*, os africanos Miguel Antonio Dias, Domingos José de Seixas Souto Maior, João Paula e Silva. Em dia 18 de março, de 1861, estiveram eles reunidos no endereço da Rua do Hospício, número 322, na freguesia de Sacramento, com o objetivo de pedir permissão ao governo imperial para que a sociedade continuasse em funcionamento, legalmente¹¹. No local, funcionava, informalmente, a sede da instituição que se dizia “Protetora da Sociedade do Rosário e São Benedito”. Entre os objetivos mutuais, destacamos o seu artigo 2º, em particular, nele os africanos declararam que a instituição tinha por intenção: “socorrer seus sócios e sócias em suas enfermidades, *cuidar em suas solturas*,

⁹ Destacadamente os casos das seguintes sociedades beneficentes de libertos: a Sociedade União Lotérica Caldeira de Ouro (1871); a Sociedade Lotérica Caldeira de Ferro (1873), a Sociedade Beneficente Caldeira de Ferro Lotérica (1873), a Sociedade Libertadora da Escravidão (1877), e a Companhia Garantidora de Emancipação (1877). Cf. Ronaldo Pereira de Jesus no artigo “Associativismo no Brasil do Século XIX”.

¹⁰ No quinto capítulo de minha tese de doutorado, discorro sobre essas associações refletindo sobre o fenômeno do associativismo e a horizontalização das solidariedades entre escravizados, libertos e homens livres “de cor”, já Sidney Chalhoub o faz para abordar as questões da solidariedade e da liberdade na segunda metade do século XIX. Ver, respectivamente, Santos, Lucimar Felisberto do. *A Negação da Herança Social: africanos e crioulos no mundo da Liberdade, do Capital e do Trabalho*. (Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2013; e CHALHOUB, Sidney. “Solidariedade e Liberdade”, 2007.

¹¹ Isso, vale anotar, em atendimento à obrigatoriedade imposta pela Lei n. 1.083, de 25 de agosto de 1860, e pelo Decreto n. 2.686, de 10 de novembro do mesmo ano. Tais lei e decreto faziam parte das medidas políticas voltadas à organização de sociedades de diferentes tipos. De modo que, mesmo as já existentes deveriam solicitar autorização para prosseguir o funcionamento, submetendo para tanto seus estatutos à aprovação do Conselho de Estado, ou seja, do Poder Executivo.

quando o motivo de sua prisão não for por crime degradante, e cuidar em seus enterros e sufrágios quando falecerem”¹².

Apoio aos sócios presos: sugerindo regularidade em relação ao problema apresentado pelos congos, configurou como objetivo mutual constante no estatuto de outra associação. Trata-se da *Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor*, cuja consulta chegou aos membros do Conselho de Estado uma década depois da consulta do estatuto da *Sociedade Beneficente da Nação Conga*, no dia 24 de setembro de 1874.¹³

Especificamente revelando a inclinação associativa dos congos, contemporânea a essas agremiações, outra associação, que pretendeu formalizar a relação de reciprocidade apenas entre associados africanos (maiores de 18 anos, de qualquer nação, de bom comportamento, não pronunciados por crime algum, com meio honesto de vida e com boa saúde), encaminhou o seu estatuto aos conselheiros do Estado: a *Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência”*. No seu estatuto, todavia, as finalidades de apoio aos presos ou a de compra de alforrias não constavam nos termos dispostos nos artigos. Mas a organização visava a um “número ilimitado de sócios”, que podiam ser “da Nação Conga” ou de qualquer outra, “porém africana”. A todos se pretendia oferecer auxílios “para que possa[m], livre e legalmente, exercer suas funções nesta capital”.¹⁴

Nos três casos, observa-se a preocupação dos trabalhadores africanos com a manutenção do direito de fazer uso do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Preocupação que indica, quase de maneira explícita, que circulando pelas ruas e vielas da capital esses indivíduos eram presos mesmo quando não cometiam crimes considerados degradantes. Também que tinham dificuldade em exercer suas funções na capital. Para além disso, diferentemente daquele percentual de 27% de trabalhadores imigrantes que se organizaram e formalizaram suas associações para lutar por seus interesses mutuais, aos africanos, comunidade dos forçadamente imigrados, foi negado esse direito. Os conselheiros, responsáveis por julgar os pedidos de formalização das associações cujos membros instaladores se auto-identificaram como africanos ou como “homens de cor”, até mesmo aconselharam à sabedoria do Governo Imperial que, “reservadamente”, agisse em relação às associações por meio da polícia. Declararam ainda que:

¹² Conselho de Estado, pareceres, caixa 531, pacote 3, documento 46: Sociedade Beneficente da Nação Conga. Arquivo Nacional.

¹³ O desta última agremiação está arquivado no Arquivo Nacional sob a seguinte notação: Conselho de Estado, pareceres, caixa 552, pacote 2, documento 43: Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor.

¹⁴ Pareceres do Conselho de Estado, caixa 552, pacote 2, documento 45: Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência”.

Os homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada, e quando escravos não têm direito a associar-se. A Sociedade especial é, pois, dispensável, e pode trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político: dispensável, porque os homens de cor devem ter e de fato têm admissão nas Associações nacionais, como é seu direito e muito convém à harmonia e boas relações entre os brasileiros.¹⁵

Dada à conjuntura desfavorável, pode-se inferir que, para redefinir seus interesses de classe, sociais e étnicos, os trabalhadores africanos e seus descendentes – escravizados libertos e livres, teriam que agir nas margens para assegurarem uma participação mínima no mundo da liberdade, do capital e do trabalho que ganhava específica forma no Rio de Janeiro. O significado disso é que teriam de encontrar alternativas para viabilizarem suas permanências nas áreas urbanas com maior dinamismo econômico, que usavam para obtenção de trabalho e renda. O que ficou ainda mais premente diante daquela lógica racional das políticas públicas que traziam uma concepção funcionalista para a capital fluminense. Maiormente a partir dos anos 1870, a sobrevivência da comunidade de africanos que residia na capital encontrava-se também ameaçada pela idéia de progresso material contidas nas intervenções urbanísticas que se pretendia implementar¹⁶.

Pensada de um modo mais geral, pode se demarcar pelo menos dois momentos na série de “cirurgias” por qual a cidade do Rio de Janeiro passou entre os anos 1870 e as primeiras décadas do século XX. O primeiro teve como referência os planos de melhoramento formulados por engenheiros, a maioria ligada ao Clube de Engenharia¹⁷. Nesses, o que se observou foi a preocupação com a circunvizinhança. Com localidades que possibilitaria o deslocamento da população que habitava as áreas centrais da cidade. Além de viabilizar um processo mais ágil de cargas e descargas, sobretudo dos transportes marítimos. Alguns desses objetivos foram, de certa forma, revistos. Por que no segundo momento, passado um pouco mais de uma década de administração republicana, quando os ventos sopraram em favor das grandes reformas urbanas, a atenção dos reformadores voltou-se para o miolo da cidade: o

¹⁵ Conselho de Estado, pareceres, caixa 552, pacote 2, documento 43: Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor; Arquivo Nacional.

¹⁶ Urbanização que, enquanto conceito arquitetônico urbanístico, está associada a transformações materiais da infra-estrutura urbana, como saneamento, eletrificação, regulação de transportes, suprimento de água e esgoto, ou seja, a introdução dos instrumentos necessários ao desenvolvimento da cidade moderna.

¹⁷ Entre os importantes engenheiros ligados a esse clube, destaque, Paulo de Frontin, Francisco Bicalho e Alfredo Lisboa.



quadrilátero compreendido pelos morros do Castelo, de Santo Antonio, de São Bento, da Conceição e Pedro Dias e o Mangue de São Diogo¹⁸.

Em verdade, essas circunstâncias podem indicar que o poder público não foi bem sucedido em desobstruir o centro da cidade via deslocamento da população. No que pode ter concorrido tanto o progressivo aumento da população urbana, devido ao fluxo de migrantes e imigrantes – estes últimos beneficiados pela política estatal adotada pós Abolição –, quanto o fato de muitos resistiram àquelas políticas e lutaram pelo uso que costumavam fazer dos espaços urbanos. O que pode explicar a opção de Pereira Passos por uma reforma urbana culturalista: com vista a um relacionamento com a historicidade da cidade. Mas tal historicidade seria calculada. Um passado a ser preservado seria criado, levando em conta a constituição natural e a beleza da capital¹⁹.

O principal diálogo que este texto pretende estabelecer é com as atividades culturais. Pois se entende que, operando também no campo da cultura, o poder público e as elites econômicas pretendiam que as “cirurgias” feitas no tecido urbano apagassem o passado africano e escravo inscritos na cidade do Rio de Janeiro²⁰. Um desmonte de cenários que refletiriam alterações nas relações sociais de trabalho por colaborar na consolidação daquela conjuntura que desfavorecia à comunidade de africanos e crioulos – escravizados, libertos e livres – nas lutas pelo uso dos espaços urbanos da capital para a obtenção de emprego e renda. Fundamentalmente, tal conjuntura desfavorecia aos que viviam ou perseguiam a experiência de conquistar liberdade²¹. Isto tanto no que diz respeito aos objetivos econômicos como ao direito de permanecerem residindo nos limites da capital durante e após as intervenções urbanísticas.

O processo de conformação dessa conjuntura foi, deveras, complexo. Por exemplo, em um trabalho anterior, discorri sobre os modos de se organizar o trabalho na cidade do Rio de Janeiro pós-Abolição, tendo em vista os diversos perfis de trabalhadores urbanos. No âmbito daquela discussão, meu interesse era no que chamei de “negociações de identidades

¹⁸ O Mangue de São Diogo ocupava toda a área desde o Campo de Santana até a Várzea do Canal do Mangue onde desaguavam os rios Maracanã, Comprido e Joana.

¹⁹ Cf.: FONSECA, Juliana de Souza. Capitalidade e civilização na Reforma urbana de Pereira Passos, p. 61-62.

²⁰ Cidade que se destacou entre as das sociedades escravistas das Américas tanto por sua concentração de africanos quanto por aquela de escravizados. O censo de 1849 somou 110.602 indivíduos escravizados vivendo na cidade, representavam 41,51% da população total. Desses, 59,7% eram africanos. Entre a comunidade de africanos, havia ainda 8.449 libertos. Já os dados do censo de 1872 são os seguintes: 48.939 escravizados, 81% vivendo em freguesias urbanas, 10.973 deles eram africanos. Nessa época, africanos libertos somavam 7.092.

²¹ Tratou-se, na verdade, da tentativa de se organizar uma estrutura de subordinação não só análoga à escravidão, mas também capaz de conter certas noções de direitos, quiçá de cidadania, que teimavam em brotar nas mentes de cativos e ex. cativos.

atribuídas”. O contexto é o mesmo da reflexão feita neste trabalho: aquele marcado pelo desmonte e fim formal da escravidão e pela maciça chegada de trabalhadores imigrantes. O argumento defendido foi o de que tais *negociações* tiveram a ver com a produção daquela conjuntura citada. Como uma das possibilidades de se entender o fenômeno refleti sobre relações de trabalho determinadas por *sensibilidades raciais*²².

Argumentei que esses tipos de sensibilidades influíam diretamente no sentido do compartilhamento de experiências por trabalhadores urbanos. Por envolver expectativas sobre homens e mulheres de diferentes origens, destacadamente, étnicas e nacionais. Sujeitos sociais que tentavam inserirem-se em um mercado de trabalho de uma cidade em pleno dinamismo econômico. A hipótese desenvolvida foi a de que as *sensibilidades raciais* estavam sendo modificadas em função do fim da escravidão e do fluxo da imigração. O que, de certa forma, alterava as hierarquias sociais por interferir positiva ou negativamente, a depender do perfil do trabalhador, nas condições de possibilidades que surgiam para o melhoramento da qualidade de vida, de trabalho e de renda no Rio de Janeiro na virada do século XIX ao XX.

As discussões apresentadas no texto seguiram três tipos de argumentações. Primeiro, chamou-se a atenção para as especificidades do quadro social relativo à mão de obra disponível no Rio de Janeiro no último quartel do século XIX. Aproximando-o da composição populacional, percebemos que no caso da capital, os imigrantes não eram a força de trabalho predominante, antes o contrário. Isso porque, mesmo com o intenso fluxo de entrada de estrangeiros nas duas últimas décadas daquele século, de acordo com os números do censo de 1906, 74% da população fluminense eram de brasileiros, incluídos negros libertos e livres. E foi tendo eles como protagonistas que o mercado de trabalho fluminense, livre e assalariado, ganhava forma. Ademais, mesmo entre os recém-chegados, a grande maioria era portuguesa (16% do total da população). O que significava que os imigrantes utópicos, que no imaginário das elites econômicas trariam civilidade para a nação, representaram somente cerca de 9% da população total.

Concretamente, inclusive, os dados dos censos realizados no período chamaram atenção para o aumento da participação de “brasileiros” na composição social da classe

²² SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Compartilhando Experiências de Trabalho do Pós-Emancipação: nacionais, estrangeiros e africanos, e as negociações das identidades atribuídas. Trabalho apresentado no ST *Da escravidão e da liberdade: Processos, biografias e experiências da abolição e do pós-emancipação em perspectiva transnacional* no XXVII Simpósio Nacional de História - 2013.

trabalhadora ativa que atuava em atividades industriais formais. Enquanto em 1872 os dados apontam que “10,2% dos trabalhadores ocupados em atividades industriais eram cativos, 40,6% eram trabalhadores livres estrangeiros e 49,0% eram trabalhadores livres brasileiros”. Em 1906 os dados são os seguintes: 61% de “brasileiros” e 39% de estrangeiros estavam empregados naquele mesmo setor produtivo²³.

No segundo argumento desenvolvido no texto, refleti sobre os tipos de relações de trabalho que os setores produtivos fluminenses mais proeminentes pretendiam com os libertos e com os imigrantes, de sentido inversamente proporcional. Tal análise se pautou nos planos e projetos encaminhados ao Legislativo com a intenção de interferir no texto da derradeira lei abolicionista. Foram publicados, sobretudo, nas páginas do *Jornal do Commercio* nos anos imediatamente anteriores à Abolição. Observei com a leitura de tais documentos que, em relação aos libertos os planos e projetos apresentados, que tratavam da alardeada “questão do elemento servil”, tinham o claro objetivo de dar manutenção ao tipo de relação de sujeição que havia caracterizado a escravidão. Produzindo para isso um sistema de restrição capaz de cercear a autonomia e a relativa liberdade que muitos já vinham conquistando mesmo na condição de escravos. Enquanto que, em relação aos imigrantes pretendia-se uma realmente nova ordem contratual, nos termos alardeados pelas teorias econômicas liberais vigentes. O que se entendia como necessário para neutralizar as campanhas negativas relativas à colonização estrangeira que no exterior se fazia em relação ao Brasil.

O terceiro argumento desenvolvido versava mais especificamente sobre como aqueles eventos foram sendo estruturados de modo a formar uma conjuntura desfavorável à permanência dos africanos e de seus descendentes nas áreas de maior dinamismo econômico do Rio pós-Abolição. Desfavorável nos termos ora apresentados: tanto no que diz respeito a continuarem residindo na capital imperial que passava a republicana, quanto a “livre e legalmente exercerem suas funções” em seus espaços públicos. Destacadamente, o fenômeno teria contado com a intensificação do controle por parte dos agentes reguladores da ordem e com a criação de novos tipos de cobranças de licenças para o exercício profissional, por exemplo. Nas posturas municipais, por exemplo, observei medidas que redundavam na restrição aos acessos às oportunidades de ingresso dos trabalhadores africanos e/ou ex-escravizados no mundo da liberdade, do capital e do trabalho. Os registros de matrículas de detentos deixavam claro que os principais percebidos como infratores da ordem eram os auto-

²³ Ver Luiz Felipe de Alencastro, "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos CEBRAP*, 21, São Paulo, 1988, p. 43.

identificados como não-brancos. Toda essa análise se liga à reflexão feita com este texto. Pois, como sugerido, o ideal de funcionabilidade defendido com as reformas urbanas ocorridas no período, por interferir nos usos do solo e nos aspectos territoriais da cidade, consolidava aquela conjuntura.

Em verdade, este texto é um primeiro exercício de reflexão analítica que se pretende percorrer de modo a viabilizar um projeto mais abrangente sobre a formação de territórios ou comunidades étnicos no Rio na virada do século XIX ao XX, destacadamente aqueles marcados por experiências de trabalho. O foco é nas africanas e escravas. Mas por ora se discute as alternativas encontradas pela comunidade de trabalhadores africanos e seus descendentes para resistirem àquela lógica racional das políticas públicas que traziam uma concepção funcionalista da cidade. Incluindo entre elas a criação e recriação de territórios naquele mesmo tecido urbano. Destaco, uma vez mais, que isso se dava a partir das lutas cotidianas dos trabalhadores africanos e seus descendentes pelo uso dos espaços urbanos da cidade da capital. Tipo de agências que também podem ser interpretadas tanto como ações em defesa da manutenção de significados culturais escravos e africanos, inscritos em “específicos territórios” da cidade, quanto como uma luta pela sobrevivência material, tendo em vista que nessas localidades a cidade oferecia significativas possibilidades de trabalho e renda.

No projeto mais amplo que tenho por objetivo, não pretendo pontuar localidades das cidades do Rio como quilombos urbanos, mas sim demarcar algumas paisagens como lugares de memória e de resistência à restrição e à opressão vividas por africanos e seus descendentes tanto na escravidão quanto nos anos posteriores a ela. Logicamente a pesquisa proposta pressupõe a definição de quais seriam esses “específicos” territórios. Mas neste trabalho quero registrar específicas estratégias de lutas de trabalhadores escravizados e/ou africanos, e de seus descendentes, pelo uso dos espaços urbanos da cidade que passavam por aquelas comentadas operações cirúrgicas, apresentando indícios coletados em algumas fontes que me permitiram visualizar o problema.

Por exemplo, evadir, “incucar-se” livre, mudar de nome, vestir-se de maneira apropriada foram algumas das táticas utilizadas por escravizados que circulavam na cidade do Rio de Janeiro para burlar os seus senhores e para usufruírem das condições de trabalho e renda em benefícios próprios. Foi o que ficou registrado em diversos anúncios publicados na intenção de suas capturas. Como pretendia cruzar questões relativas às relações de trabalho, meu foco foi, sobretudo, no publicado sobre escravizados que fugiam e eram naturais ou residentes na Corte ou na província do Rio de Janeiro. A hipótese era que em suas fugas

tinham a esperança de exercerem suas funções na Corte, em detrimento da vontade de seus senhores. O que foi possível comprovar porque em vários anúncios os senhores declararam a desconfiança de que os cativos “estivessem intitulando-se livres” e alugando-se para trabalhar nos bairros centrais da cidade.

A atratividade dos centros urbanos nos episódios de fugas escrava não é uma novidade na historiografia que trata do tema da escravidão. No caso desta pesquisa, analisei o anunciado em dois jornais que eram publicados na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX: o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Commercio*. Destaquei casos como o que envolveu o escravo de nome João. O anúncio que informava a sua fuga foi publicado no dia 02 de fevereiro de 1877, mas ele encontrava-se evadido desde o dia 23 de setembro de 1876.

Pequeno, de cor preta, natural desta corte, bigode e cavanhaque, em um dos olhos do rosto tem uma cicatriz de um talho, olho pequeno, rosto redondo, tem bonitos dentes, é oficial de pedreiro e calceteiro e trabalha como pintor; anda calçado por esta cidade com o nome de José Corrêa dizendo que é livre. Foi ultimamente visto no porto de Maria do Anjo, trabalhando de pedreiro; foi encontrado na Cidade Nova, no Largo do Rocio Pequeno dizendo que trabalhava no Novo Matadouro de Santa Cruz, e costuma frequentar as casas de jogos de víspera²⁴.

Em alguns casos, os anúncios chamaram a atenção para a possibilidade de os cativos evadidos pertencerem a uma comunidade de trabalhadores que atuavam na corte. Constituída sobretudo por familiares.

A 5 de setembro do ano passado fugiram da fazenda S. Francisco, da Paraíba do Sul, pertencente a D. Maria Chabregas, os crioulos de cor preta André e Amadeu, filhos da crioula Marcelina, escrava, e de Amaro, crioulo livre, tanto os filhos como a mãe estão alugados e acoitados nesta Corte e residem por informação na rua dos Inválidos; quem os apreender ou der notícias certas na rua da Prainha nº. 63, receberá 50\$ por cada um, e protesta-se contra quem os tiver alugados ou acoitados, por 3\$ diários, e as despesas que se fizerem com a apreensão dos mesmos²⁵.

Fugiu a poucos dias da Rua da Candelária nº. 48, onde se achava para ser vendido, o escravo Bruno, com os sinais seguintes: cor parda, cabelos anelados e sempre penteado, corpo delgado, pés e mãos bem feitos, muito inteligente e bem falante, voz grossa, sabe ler e escrever, anda sempre calçado e bem vestido, consta ter mãe liberta e morar em Laranjeiras. Gratifica-se com a quantia acima quem o apreender e levar à rua e número indicado.²⁶

²⁴ Cf. anunciado no *Jornal do Commercio* no dia 02/02/1877.

²⁵ Cf. anunciado no *Jornal do Commercio* no dia 02/02/1888.

²⁶ Cf. anunciado no *Jornal do Commercio* no dia 04/01/1877.

Impedidos de legalmente inserir os escravizados em suas redes associativas, parece que o acoitamento e a sedução foram formas que a comunidade de libertos encontrou para garantir esses trabalhadores o exercício de suas funções na cidade. Mesmo que a liberdade por eles usufruída fosse inventada, ou “inculcada”, como diziam os proprietários ansiosos por recuperar suas propriedades humanas.

Fugiu e consta está acoutada nesta Corte, a escrava Jovina, quase branca, cabelos e olhos preto, boca grande e dentes apodrecendo, tem uma cicatriz de escrófulas bem visível num dos queixos, estatura regular, 22 anos de idade, levando sua filha Josefa, de oito meses. Foi seduzida pelo pardo João, cozinheiro, de 28 anos²⁷.

Mas as redes de solidariedades podiam se estender bem além dos círculos familiares. O caso do preto Tertuliano é um exemplo disso:

Crioulo, de 35 anos, mais ou menos, bem falante, é cozinheiro e pintor; às vezes anda bem trajado e calçado, e de altura regular, magro, ri-se quando fala, tem pouca barba, usa pera e bigode, tem cabelos da cabeça cortado rente, pertence a uma sociedade carnavalesca intitulada – Feliz Aurora Minerva dos Zuavos – tem muitos conhecidos pela Saúde, Saco dos Alferes e Praia Grande.²⁸

Ao seguir as indicações dos anúncios percebemos que, à época, as estratégias e a lógica que guiavam as ações dos cativos que optavam por fugir na ou para a Corte relacionavam-se com específicas possibilidades: a involução da escravidão, a mobilidade e autonomia ali possível aos escravos, e a possibilidade real de se integrarem nos mercados de trabalho locais. Nesse sentido, circular “livremente” pelos espaços urbanos, alugar-se como livre, passar por forro, mudar o nome e andar calçado e bem vestido, são atos que podem ser entendidos sim como táticas utilizadas para despistar nas perseguições recorrentemente sugeridas nas narrativas, mas, também, uma forma de garantir a permanência nas áreas que o poder público pretendia modernizar/civilizar.

É bem provável que essas tenham sido a alternativa possível para atuarem nas margens da política de controle adotada pelo Estado e pelas elites econômicas que pretendia no Brasil inaugurar uma Nova Ordem Econômica. Ao recuperar e analisar o registrado naqueles artigos dos estatutos das associações que africanos e “homens de cor” pretenderam instalar no Rio de Janeiro nos anos 1860 e 1870, foi possível inferir o seguinte: trabalhadores africanos e os libertos “de cor” foram também atingidos pelo fenômeno do associativismo e se organizaram de maneira horizontal para resistirem à dominação imposta; entre os direitos sociais que os

²⁷Cf. anunciado no *Jornal do Commercio* no dia 01/01/1884.

²⁸ Cf. anunciado no *Diário de Notícias*, no dia 12/01/1871.

trabalhadores com esse perfil social viam como necessitados de proteção mútua estavam o de “um número ilimitado de membros africanos de qualquer “nação” (e de libertos) pudessem “livre e legalmente exercer suas funções na capital”; e, ainda, que as negativas dos pedidos para a instalação das associações foi uma das motivações para a mudança de estratégia que podem inclusive ter resultado no ingresso desses africanos e de outros libertos com espírito associativista em associações de outros tipos.

Reagindo também a esses modos de atuação dos trabalhadores africanos e crioulos, o Legislativo e os agentes policiais uniram forças. O segundo acirrando o policiamento nas áreas consideradas nobres, como bem detalhou Cristiana Schettini quando da sua pesquisa sobre o sentido do deslocamento das prostitutas que atuavam no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas. De acordo com a sua análise, os agentes da polícia aferraram as incursões a localidades como a Praça da República, e às ruas próximas à Rua da Constituição, como a antiga Rua dos Ciganos, e as Ruas de São Jorge e do Senhor dos Passos, habitadas por um grande número de prostitutas negras, algumas africanas vindas dos açores. O que deu surgimento a uma nova zona de meretrício nas ruas das freguesias do Sacramento, seguindo em direção à de Santana. Um pouco mais de tolerância se observava nessas regiões, maiormente em relação às ruas General Câmara, Conceição, do Núncio e de São Jorge²⁹.

Já os decretos que traziam medidas civilizatórias para os espaços urbanos condenavam a manutenção de cortiços e casas de cômodos. Por que era sobretudo nas habitações coletivas, incluído os zungus, que era possível o acoitamento e outros tipos de acolhimentos e ações solidárias. Além disso, através das multas a estabelecimentos comerciais também se buscou coibir esses tipos de solidariedades. Passou a ser proibido tanto utilizar residências para atividades comerciais quanto dar moradia aos trabalhadores nestes estabelecimentos quando localizados nas áreas urbanas.

Volto agora aos diferentes momentos das reformas urbanas. Vimos que nas últimas décadas do século XIX, quando dos primeiros planos de melhoramento urbano, a preocupação era com a expansão da malha urbana e com a transferência da população para as novas áreas expandidas, alternativas de ocupações residenciais. Sendo essas as da freguesia de Santana, sobretudo as das regiões da Gamboa e Cidade Nova. Essas localidades, por sua proximidade do centro urbano, tornaram-se mesmo atrativas aos moradores das áreas centrais. Por exemplo, Mathias – um provável ganhador licenciado – andava trabalhando por jornal quando

²⁹ SCHETTINI, Cristiana, “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.



desapareceu das vistas do seu senhor no final do mês de fevereiro de 1872. No anúncio que registrou a sua fuga consta que o seu provável destino tenha sido os da Gamboa e da Saúde.

A localidade parece ter sido atrativa, pois, alguns anos depois, abrigaria em suas redes sociais também o escravo Pedro. De traços marcantes: “38 anos presumíveis, cor preta, alto, magro, rosto comprido, barbado, (...), olhos vermelhos, fala mansa e descansada e testa grande; tem através do pau de nariz uma cicatriz de golpe bastante visível”, intitulava-se livre e era facilmente visto naquela região.³⁰ Tais personagens podem, eventualmente, ter colaborado com a mística construção espacial produzida para aquele lugar, que entraria para o imaginário nacional com o nome de “Pequena África”.³¹

Pelo menos é com essa hipótese que concluímos este trabalho. Os registros históricos das ocupações dessa região pós-reformas acusam que foram ciganos, portugueses e outros imigrantes e migrantes os principais responsáveis pelo povoamento daquela parte da freguesia de Santana. Mas há conjuntos de documentações que comprovam que muitos crioulos naturais do Rio de Janeiro, cativos e ex-cativos, bem como africanos seus antigos residentes, escolheram aquela região como novo local de morada. É o caso dos registros de matrícula da de detentos. Nestes somos informados que muitos dos que eram detidos nas áreas centrais da cidade, declaravam ser naturais da capital não obstante morar à época de sua detenção em ruas como as ruas da Misericórdia, Senador Euzébio e General Pedra, situadas na antiga região do Mangue, área revitalizada por ocasião das reformas de dos anos 1870.

Informações similares oferecem os dados do Recenseamento do Rio de Janeiro “Distrito Federal”, realizado em 20 de setembro de 1906. Por exemplo, de acordo com eles, a maiorias dos africanos residentes na cidade do Rio de Janeiro moravam na freguesia de Santana. Naquele ano, eles somavam apenas 702 habitantes: 274 homens e 428 mulheres. A localidade acolhia 114 deles. O precioso registro dos chamados “centenários” cariocas anexado ao censo possibilita perceber que muitos africanos centenários tinham ainda o centro urbano como região para obtenção de trabalho e renda. O que pode ser comprovado em vários dos micros registros históricos feitos para melhor identificá-los. Aqui destaco os casos de cinco deles.

³⁰ Cf. anúncio no *Jornal do Commercio* nos dias 01/03/1872 e 07/04/1885, respectivamente.

³¹ Segundo Maria Clementina Pereira da Cunha, tal expressão foi cunhada por Heitor dos Prazeres, também para se referir às regiões compreendidas pela Zona Portuária e os bairros Saúde e Gamboa, identificados como o local de nascimento do Samba no Rio de Janeiro. Cf.: Cunha, “‘Acontece que eu sou baiano’: identidades em Santana – Rio de Janeiro, no início do século XX”. In: Elciene Azevedo *et alii* (org.). *Trabalhadores na Cidade, Op. Cit.*

A começar pelas africanas Delphina Maria da Conceição e Henriqueta da Costa, ambas declararam ter cem anos de idade em 1906. Eram moradoras da freguesia de Santana. Delphina morava na Rua General Câmara, no número 311, mas trabalhava vendendo rosas, cestos e plantas na Rua Marechal Floriano Peixoto, número 96. Sua banca ficava em frente a Firma Braga & Dimas. Já Henriqueta, morava na Rua Visconde de Sapucaia (Atual Marques de Sapucaí), no número 17. Também era quitandeira, armava sua banca nas ruas Marechal Floriano e Primeiro de Março ou na Entrada da praça do Mercado. Os africanos Domingos Africano, Brás da Silva Pereira Porto e Horácio Pacheco foram destacados por terem declarado o mesmo endereço de moradia na mesma freguesia: na Rua Barão de São Felix. Apesar de centenários, dois deles ainda eram ativos, Brás da Silva, por exemplo, trabalhava na obras de abertura da Rua Mem de Sá, enquanto Domingos era pintor.

Uma análise sumária do Mapa arquitetural do Rio de Janeiro ainda não possibilitou um claro entendimento das comunidades escravas ou africanas no Rio de Janeiro dos tempos desta pesquisa. Melhorou, entretanto, o entendimento sobre a localização de outros grupos étnicos. Por exemplo, no número 1 da Rua do Rosário estava localizada a Importadora dos Trabalhadores Asiáticos do Brasil. Enquanto que, na Rua das Alfândegas, funcionavam as seguintes instituições: no número 56, a Sociedade de Beneficência União Israelitas do Brasil; no número 40, a redação do “Anglo-Brazilian Times” e; no 85, a Sociedade Germânica³². Sobre outras comunidades étnicas do Rio de Janeiro, Brasil Gerson faz importantes referências. Segundo ele, no trecho entre a Rua da Alfândega e Senhor dos Passos podia ser chamado de “Pequena Turquia”. Lá residia um significativo número de sírios, libaneses, árabes e judeus. Já na Rua da Alcântara, próximo a estação da Central do Brasil, era área de italianos. Na Rua Senador Euzébio se localizava a Sociedade Recreativa e Dançante Kananga do Japão³³.

Como se pode observar com este trabalho de pesquisa, não obstante a conjuntura desfavorável à permanência de descendentes de africanos e de escravos criada durante o processo de desescravização na cidade do Rio de Janeiro, parece ter sido as relações de trabalhos que estes indivíduos desenvolveram com a cidade que determinou tanto a permanência de alguns quanto alternativa de criarem um novo territórios, próximos ao centro de maior dinamismo econômico. A cidade que sobressaiu nas oportunidades de obtenção de

³² Mapa Arquitectural do Rio de Janeiro. Mapoteca da Biblioteca Nacional. Notação: ARC- 002.08.016.

³³ GERSON, Brasil. História das ruas do Rio. Rio de Janeiro:Livraria Brasileira Editora, 1965.



alforrias, sobretudo por parte daqueles escravizados que haviam sido submetidos ao aprendizado de um ofício, estabeleceu com eles solidas relações, relações essas que as picaretas dos reformadores não conseguiram destruir. Até por que, para os africanos e crioulos seus descendentes, a manutenção do uso que faziam do espaço urbano da capital era essencial à manutenção de sua autonomia.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos Cebrap*, 21, São Paulo, 1988.

BATALHA, Claudio H. M. "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro no século XX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária". In: *Caderno AEL*, V. 6, n. 10/11, 1999, p. 43-68.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, (2ª ed.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. "Solidariedade e Liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX". In: Olivia Maria Gomes Cunha da & Flavio dos Santos Gomes, org., *Quase Cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007, pp.219-237.

_____. "Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (XIX)". In: *Revista Social*, n. 19. Dossiê: Racismo, História e Historiografia, 2010, pp. 33-62.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.



CRUZ, Maria Cecília Velasco. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. Revista *Afro-Ásia*, n. 24. Salvador, 2000.

Cunha, “‘Acontece que eu sou baiano’: identidades em Santana – Rio de Janeiro, no início do século XX”. In: Elciene Azevedo *et alii* (org.). *Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo. Séculos XIX e XX*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2009, p. 313-356.

ELIAS, Norbert e SCOTSON L. John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FONSECA, Juliana de Souza. Capitalidade e civilização na Reforma urbana de Pereira Passos (1903-1906). Rio de Janeiro; Dissertação apresentada ao Programa de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

JESUS, Ronaldo Pereira de. “Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)”. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 13 n. 1. Jan. – jun. 2007.

LONER, Beatriz. A. “Antônio: de Oliveira a Baobad”. In: Flávio Gomes; Petrônio Domingues. (Org.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2011, v. 1, p. 109-136.

MARQUES, João Filipe. “O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo”, *Nova Série*, nº 3-4. Maio/Outubro, p. 39-57.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008

RIBEIRO, Gladys Sabino, *Mata Galegos: os Portugueses e os Conflitos de Trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.



SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio, Jorge Zahar, 1990.

SANTOS, Lucimar Felisberto, “Africanos e crioulos libertos no Rio de Janeiro: legislação, percepção políticas e mobilidade social de Ex-escravos (1870-1890)”. In: *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [25]; João Pessoa, jul./ dez. 2011, p. 77-96.